

Seguro Rural

R\$ 700 milhões para o Seguro Rural em 2013/2014



Foto: Leandro Ferreira

Engenheiro Agrônomo DENNIS ZOLT

AEARJ – Como a sua profissão tem ajudado a desenvolver a Agricultura Familiar no nosso estado?

Dennis Zolt – “O engenheiro agrônomo tem sido a peça-chave para o desenvolvimento da agricultura familiar no nosso estado e é possível afirmar que o agrônomo e o agricultor familiar são, juntos, os responsáveis pela segurança alimentar no estado... O cidadão fluminense, assim como a maioria dos brasileiros, não tem a noção exata de toda a cadeia por trás daquele tomate, ou alface, que ele escolhe na prateleira. A ampla atuação do profissional agrônomo confere, em última análise, a garantia de segurança alimentar desde o início da cadeia produtiva de alimentos, por exemplo.”

AEARJ – Há anos, a Agricultura tem sido um fator econômico importante no nosso país. Por que o crédito rural para este setor, ou melhor, para o pequeno agricultor, ainda é demorado?

Dennis Zolt – “Há vários fatores. Podemos citar as prioridades do governo em relação aos dados macroeconômicos, como a balança de pagamentos e o controle das reservas, feito pelo BACEN, que também controla o PROAGRO. Contribui para a ampliação do prazo de liberação de recursos a burocracia e as tantas exigências do sistema bancário. Os bancos públicos carecem de agilidade corporativa, de agilidade de processos e contribui para este cenário o acesso restrito do pequeno produtor rural ao crédito em bancos privados, por falta de garantias compatíveis com o risco.”

AEARJ – O que é o Seguro Rural?

Dennis Zolt – “Antes de falarmos de seguro rural, temos que falar da natureza do negócio agrícola. Temos que abordar a questão dos riscos inerentes ao negócio e da necessidade de uma

A Presidenta Dilma Rousseff e o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Antonio Andrade elevaram os valores do Seguro Rural no país de R\$ 400 milhões para 700 milhões. A divulgação da informação ocorreu durante lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014, no Palácio do Planalto, em junho deste ano. Isto representa um aumento do Seguro Rural no Brasil de 75% em relação à safra do ano passado.

Ainda assim, produtores pequenos e médios reclamam dos excessos de burocracia por parte das instituições financeiras brasileiras para terem acesso ao seguro rural, no caso dos programas PROAGRO e PROAGRO MAIS, gerenciados e administrados pelo Banco Central. A Revista da AEARJ conversou com Dennis Zolt, Engenheiro Agrônomo, formado pela Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro – UFRRJ, Consultor em desenvolvimento de projetos rurais, há mais de 15 anos que atualmente desenvolve Projeto de capacitação em seguro agrícola e comprovação de perdas para Engenheiros Agrônomos pela AEARJ, que nos fala um pouco dessa situação.

gestão efetiva, suficiente para minimizar, ou “pulverizar” riscos. Temos quatro categorias de riscos rurais. Temos o Risco de Crédito; o Risco Legal; o Risco de Preço e o Risco Operacional. Este último refere-se à possibilidade de o volume de produção esperada não se concretizar devido a eventos relacionados ao clima, tais como seca, excesso de chuva, geadas ou, ainda, devido a outros fatores, como pragas, falhas de equipamentos ou erro humano durante o período de produção. Alguns destes riscos podem ser cobertos com seguros específicos. O seguro dilui o risco entre todos os contratantes.”

AEARJ – Como o Seguro Rural poderia ajudar na agricultura do nosso estado? Existe preconceito dos agricultores rurais em relação a este modelo de “prevenção” de perdas?

Dennis Zolt – “É necessário, em primeiro lugar, divulgar o conceito e educar os proprietários rurais e investidores sobre a ótica do seguro rural à ideia de que o Sr. João, por exemplo, paga um prêmio, assim como o Sr. José, Sr. Alcides, Sr. Geraldo e vários outros agricultores. Mas, caso o Sr. José perca a sua produção por causa de uma chuva de granizo, todos pagam por sua perda, ao invés do Sr. José arcar com o prejuízo sozinho. Indo além, a disseminação do seguro poderia diminuir, inclusive, os juros dos empréstimos, por minimizar também o risco de crédito. O seguro rural ainda luta contra a desinformação, a falta de disseminação do conceito, a falta de produtos e a fraude. O preconceito do agricultor que vê o seguro como um aumento no custo de produção e, em muitos casos, quando acionado, acaba por receber uma cobertura apenas parcial de uma perda. Acontece que o preceito é a MINIMIZAÇÃO da perda e a pergunta a ser feita neste enfoque é: qual seria o custo da perda se não houvesse seguro? Como a contratação do seguro é obrigatório pelo